

Nunes, Rodrigo (2023). *Nem vertical nem horizontal: uma teoria da organização política*. São Paulo: Ubu Editora.

Thor João de Sousa Veras  
Doutor em Filosofia/Universidade Federal de Santa Catarina  
<https://orcid.org/0000-0003-0710-3822>  
[thorverass@gmail.com](mailto:thorverass@gmail.com)

Era uma tarde efervescente de junho de 2013 na Brazilândia. Insurgências brotavam ao longo do asfalto. No meio do agito, destacavam-se dois ativistas, discutindo efusivamente acerca dos rumos do acontecimento político diante deles. O mais jovem, um estudante anarquista chamado Progréssio, elogiava o espontaneísmo e a radicalidade do movimento enquanto subia nos capôs dos carros convocando o povo à revolução: “Nós não queremos governar. Pelo contrário, queremos tornar o Brazil ingovernável. (...) Nós queremos que o controle se perca para que aconteça alguma coisa nova, nunca acontecida, diferente do passado que ninguém mais suporta. A nossa saída é a explosão”. (Schwarz, 2022, p.56) A mais experiente, Rita, dona de casa, ex-comunista e mãe de Progréssio, se mostrava mais reticente quanto a descoordenação do movimento e a ausência de uma linha política bem delineada: “Sou treinada, uma espécie de estadista, conheço o nosso adversário como vocês não conhecem, não sou dada a ilusões baratas e *entendo de organização*” (Schwarz, 2022, p 44).

O dilema não era novo e suscitava daquelas e daqueles ali presentes uma profusão de indagações e divergências: tais protestos tratar-se-iam, afinal, de uma passeata ou uma revolução? E, dado o vigor do evento, como seria a melhor forma de organizar os passos seguintes da revolta? Embalado por uma perspicácia literária de diagnóstico do tempo presente, Roberto Schwarz narra o cenário acima em sua peça de teatro “Rainha

Lira” (2022), como representante de uma Era no qual novíssimos movimentos sociais – à direita e à esquerda – entraram em cena e repensaram diretrizes mais basilares da práxis política. Assim, a velha questão leninista, “O que fazer”, tomava uma nova configuração diante da energia acumulada nas ruas e nos ciclos de lutas sociais, especialmente a massa crítica da segunda década do século XXI e sua pulverização organizacional em redes.

A resposta, como era de se esperar, ganhou diversas e disputadas colorações. De um lado, alguns, como Slavoj Žižek em seu icônico discurso sobre as incertezas do “dia seguinte” da revolução, no contexto do estabelecimento do movimento *Occupy Wall Street*, clamavam pela necessidade de reinterpretar os caminhos da insurreição com uma “tinta vermelha” (Žižek, 2011). Uma outra tinta, outra linguagem, que recuperasse elementos verticais de planejamento que pudessem engajar uma forma política de liderança comunista renovada, recuperando novos ares e retomar a consciência potente de 1917. De outro lado, ativistas como David Graeber (2015), que também se transformou em um arauto dos acampamentos anticapitalistas, reforçava a necessidade de reestabelecer um conceito de democracia radical que fosse mais horizontal e menos autoritário, cuja hipótese anarquista, poderia, então, ter uma tração internacionalista e retomar as promessas libertárias de 1968.

Na esteira desses eventos significativos da esquerda no século XXI, suscitados no contexto do neoliberalismo tardio, podemos afirmar que o livro “Nem vertical, nem horizontal” do filósofo e ativista Rodrigo Nunes, procura precisamente contribuir com essa discussão de uma forma plural: para além de comunismos e anarquismos renovados, trata-se, antes, de pensar tudo *junto e misturado*. Lançado no mundo anglo-saxão pela editora Verso em 2020 e traduzido em português pela Ubu em 2023, Nunes nos oferece uma original contribuição ao debate da filosofia política contemporânea da transformação social. Enrincheirada entre apelos normativistas ou descrições sociológicas, Nunes desloca as usuais possibilidades de saídas políticas escritas por velhas tintas centralizadoras e descentralizadoras das teorias de organização social para uma mistura nova. Como veremos, o livro oferece uma virada epistêmica no assunto: através de uma abertura ontológica que explode tais tensões em torno de formas de ações distribuídas; dispersa todo dualismo explicativo em um emaranhado transversal de redes, e, por fim, oblitera os vínculos limitantes da paralisia da crítica na direção de um esgarçamento de coletivos de agenciamentos. Recordando Chico Science, a mensagem é que mesmo nos desorganizando, podemos nos organizar.

### Da lama do caos: um experimentalismo fractal?

De modo mais geral, o objetivo primordial do livro consiste precisamente em apostar numa perspectiva que avista gradações diferentes ao problema da organização, apresentando não uma caneta vermelha ou preta para elaborar os traumas organizativos da esquerda global, mas sim um estojo multicolor de ferramentas para que o campo progressista, ou algo parecido com isso, que pudesse mobilizar estratégias políticas múltiplas de transformação social. Conforme reforça Nunes (2022, p.240), “o uno é sempre um modo de ser múltiplo”. Em outras palavras, a conhecida metáfora de um experimentalismo pragmatista, evocado poeticamente por ativistas na passagem de Antonio Machado: “Caminhante não há caminho, se faz caminho ao andar...”, assume pelas lentes de Nunes, nas palavras de uma outra poeta, Diana de Prima, uma multiplicidade rizomática: “nenhum caminho só funciona, devemos empurrar tudo pra tudo que é lado”.

Convém explicitar que se trata aqui, antes de tudo, de um livro confeccionado como um arsenal de crítica, composto de uma eclético instrumental de análise, mas que também tem o gesto simbólico de “libelo anti-extremista” acerca dos sentidos da política. Sobretudo em uma nova era de rebeliões dos partidos e movimentos (às vezes, plataformas de partidos-movimentos), que tangenciam as experiências de Syriza até Podemos, do Occupy no centro financeiro global a ocupações secundaristas brasileiras; do MPL ao MBL, e de suas novas práticas e estratégias políticas: do sindicato ao *twitter* ou *x*, dos molotov aos #SomosTodosGuaranis-Kaiowás; da *Indymedia* ao janonismo cultural.

Neste sentido, se Nunes nos convoca a refletir acerca da dor e a delícia de se organizar politicamente, ressaltando o seu aspecto farmacêutico (*pharmakon* derrideano), que oscila entre o remédio e o veneno, heroísmo e vilania, a sua resolução do problema é tudo menos dicotômica. A empreitada aqui se apresenta anti-prescritiva, mas tampouco se resumiria a uma esforço meramente descritivo. Embora Nunes assuma, mesmo de forma reticente, que há um elemento normativo guiando a sua elaboração de uma teoria da organização política, a saber, “o imperativo de criar uma ecologia”, essa normatividade mais fraca e desinflacionada – quase wiitgensteiniana – teria uma forma residual. Pois tal metáfora ecológica, central no percurso da obra, evoca uma crítica imanente da sociedade, cuja imanência, diferente também da tradição hegel-marxista, se aproxima de um esforço anti-dialético ou dualista de uma teoria monadológica de inspiração espinosiana. É sobre essa forma *sui generis* de crítica da organização da política que a presente resenha tratará nas seções seguintes.

### **Do uno ao múltiplo: uma nova Crítica à Razão Dualista?**

De início, cabe indagar ideia de imanência e crítica podemos encontrar como operante aqui na investigação política de Nunes? Para compreender o papel metodológico, convém identificar antes de tudo que, em seu núcleo, existe uma teoria vitalista do poder, fundamental para análise de Nunes, cuja premissa defende que a política é a capacidade coletiva de agir – capacidade entendida aqui como potência. Organizar-se nesse esquema consiste em mobilizar uma energia política, uma forma de poder, traduzida em uma potência coletiva de afetar e deixar-se ser afetado em rede. O sujeito histórico, neste horizonte, é a multidão e a sua capacidade ação (influência que vai de Spinoza até Bogdanov, passando por William James).

Logo, o movimento antihobbesiano de Nunes fica patente: antes de pressupor uma premissa antropológica de um individualismo atomizante característico da modernidade, que funda um sujeito que luta por autoconservação e competição, medroso do Estado de natureza e submisso e a um tirano, temos em Nunes o recurso de uma noção de imanência que privilegia antes uma transubjetividade. Tal constituição subjetiva busca antes por cooperação e ajuda mútua em uma perspectiva pulverizada e dispersa, que em passagens do livro remete a antropologia guarani e pós-rousseauiana de Clastres. O ponto central é que não existe uma única forma legítima e mais vantajosa de organização.

O gesto primordial de imanência de Nunes, formulado em ordem superar essa forma *diática* de leitura política, consiste em ampliar o quadro do que podemos chamar de uma constelação de significados e significantes organizativos. Trata-se de uma “pluralidade ecológica” de formas de agir. Dispostas em formas descoordenadas, mas que respondem a uma forma de ação agregada, uma *phronesis* organizativa, Nunes chega a curiosa formulação que se resume a movimentos de nebulas ou redes em escalas diferentes. Mas essa formulação, que corre o risco de ser muito genérica, passa a ser complementar por uma reconstrução histórica competente dessas formas organizativas e dos traumas que elas acompanham. Pois se é correto que a “grande esfinge da política brasileira”, que Nunes considera ser as jornadas de junho de 2013, parece ser o grande catalisador de sua reflexão, vale mencionarmos que o impulso de escrita do livro vem de um passado ativista bem anterior de nosso autor.

Engajado nas insurgências libertárias altermundialistas do final do século 2000, mobilizadas contra a social democracia complacente com o neoliberalismo progressista daquela época, e marcadamente anticapitalistas, Nunes oferece uma análise das mutações e das promessas daquele movimento. Logo, quem acompanha a trama do livro encontra, ao mesmo tempo, um rico balanço da “estrutura de sentimento” e das causas históricas que

levaram tais movimentos contra a globalização econômica e o conservadorismo político eclodirem nas primaveras, ocupações e demais insurgências - que tiveram no ano 2011 o ponto pivotal. Não obstante, a leitora se encontrará diante de um instrumental teórico eclético e competente para tratar dos desencontros interpretativos que tal fenômeno poroso e desafiador geralmente recai ao se ancorar nessa limitante, e quiçá, ultrapassada, estrutura dualista.

### **Da luta ao luto: melancolia, doença infantil da esquerda?**

Na reconstrução de Nunes, a origem dessa racionalidade dualista tem uma data de nascimento: a sua certidão remonta ao trauma melancólico do campo da esquerda, especialmente de eventos revolucionários que ainda hoje ressoam a cada discussão estratégica política. Vale notar aqui a linguagem psicanalítica que percorre a trama do livro e, revela ser, para usarmos um termo da mesma lavra, sintomática no que se refere aos limites e impasses do trabalho terapêutico de uma esquerda cindida. Este curioso aspecto indica que a melancolia, ao menos na formulação freudiana, estaria vinculada a um trabalho de luto parcial, incompleto, que produz uma culpabilização reiterada do mesmo sujeito ao objeto perdido: os significativos eventos-acontecimentos de 1917 e 1968.

De modo a superar, novamente, o dualismo improdutivo da análise social, Nunes elabora uma estratégia alternativa entre uma aposta vertical dos velhos movimentos sociais classistas e revolucionários, cuja chave dos conflitos se orientaria pelo paradigma da produção e do trabalho social e as saídas dentro do fortalecimento do Estado; e dos novos movimentos sociais que lutam por reconhecimento de suas identidades morais e interpretam o antagonismo numa dimensão pós-marxista das formas de interação e reprodução social e, também, no combate em torno de formas de autorrealização na sociedade civil e demais esferas da vida micropolítica.

Com isso, Nunes pretende limpar o terreno do dualismo interpretativo de lutas políticas, aparentemente díspares, que oscilam entre formas de reivindicação de hegemonia ou autonomia, entre processos relativos a uma estrutura micropolítica ou macropolítica, ou mesmo o privilégio de direção da ação a unidade ou diversidade, e que deveriam se unir (metodologicamente e ontologicamente) na reflexão de uma consciência de derrota. Reflexo de uma polarização ainda atual, essa tração “cismogênica simétrica” – conceito de Gregory Bateson que Nunes mobiliza constantemente para dilatar as calcificações sociais- começaria a caducar com uma nova composição política das jornadas de ativista altermundialistas.

Precisamente pelo advento histórico da mudança estrutural da esfera pública, a consequente digitalização da vida social com a internet e a reflexão organizativa nas redes colaborativas de ativistas, tais melancolias deveriam ser analisadas antes como respostas ao anúncio do fim da história e pela vitória do realismo capitalista, cujas duas datas se tornaram emblemáticas para uma esquerda baqueada: 1989 com o colapso soviético e 1992 com a vitória dos neoliberais Tony Blair e Fernando Collor. Tal luto passaria a complementar-se com o respectivo luto da promessa daquilo que seria os herdeiros dessa geração horizontalista: o ciclo global de protestos sociais que tomaram acampamentos em praças e revoltas ao redor do mundo em 2011.

### **Da revolução à condição: genealogia de um conceito obsoleto?**

Em sua reconstrução transversal da história da esquerda, Nunes constata que, durante muito tempo, uma tradição verticalista reduziu o horizonte de expectativas de mudanças sociais a uma imagem revolucionária da estratégia política como prática regulativa e condicional: a vitória total seria apenas a mudança de um sistema político-econômico que mudaria em escala mundial, dada por uma (muitas vezes sangrenta) luta pela hegemonia do estado de forma estrutural. Desse incômodo aparentemente aporético, emerge da parte de Nunes uma importante digressão na forma de uma genealogia do conceito de revolução na modernidade: ressaltando sua promessa iluminista progressista até os dias de hoje e sua frustração resignada e estruturalmente incapacitada pelas melancolias do presente.

Inaugurando “um novo tempo do mundo”, para utilizar um termo de Paulo Arantes, as revoluções modernas rompiam com uma temporalidade ao anunciar na modernidade uma forma de interpretação da história de forma linear e necessária para o desenvolvimento das capacidades e da realização das necessidades humanas. É a aurora da libertação moderna de formas arcaicas da sociedade, mas, ao mesmo tempo, podemos dizer na linha dos frankfurtianos, que também era o momento de ofuscamento das formas de dominação da natureza e dos meios de controle e manipulação das massas.

O advento da modernidade marcaria o acontecimento revolucionário que poderia assumir a forma gradual, produto de uma concepção progressista de evolução social, ou, por outro lado, poderia ser performaticamente uma ruptura com uma ordem normativa anterior, no contexto pós maio de 68, a rebarba de todos esses diagnósticos expostos acima. Diante deste impasse, Nunes argumenta que a revolução foi reduzida a uma forma de transitividade localista que desinflacionou a subjetividade vanguardista da transformação social. Embora em nosso contexto a experiência zapatista e de guerrilheiras de Rojava

ainda indicam uma atualidade da ideia de revolução e de sujeito coletivo objetivo, mesmo que sob o lema de “mudar o mundo sem tomar o poder”, Nunes argumenta que não temos em vista uma mudança sistêmica possível, em especial, pela complexidade do desafio ecológico e pela escala do problema climático diante de nós.

### **Leninismo em rede: uma teoria da organização na meia noite do século XXI?**

Diante do arrefecimento da ideia de revolução, uma teoria da organização política neste estágio da história necessitaria reformular qual pode ser o melhor enquadramento para encaminhar o problema de um sujeito coletivo auto-organizado para mudança. O velho problema leninista, nos convoca Nunes, teria de ser repensado a luz desse abandono teleológico da filosofia marxista da consciência e de todo resquício da promessa progressista moderna. Sem embargo, a literatura anarquista foi o ponto de partida, segundo Nunes, para esgarçar o horizonte de perspectiva de um novo sujeito coletivo sem os vícios deterministas do paradigma da produção – desde Proudhon até Viveiros de Castro. Pensando nos impasses que o verticalismo e horizontalismo revolucionário apresentaram para oferecer saídas ao problema da organização de um sujeito coletivo, Nunes oferece uma eclética teoria como resposta aos desafios históricos pulverizados pela digitalização da vida, da força de movimentos decoloniais do sul global e da ascensão do neoliberalismo como força organizadora do capitalismo de terceira via. Um outro mundo era possível, mas uma outra terceira via não-social-democrata-tecnocrática-neoliberal também era possível, segundo os movimentos altermundialistas defendiam. Essa saída se daria pela consciência de que o problema da organização deveria ser pensado agora à luz das teorias da redes que circulam e refletem a correlação de forças que se estendia de forma global pela interconexão da internet. Um novo tropos emerge aqui – o anteriormente aludido “paradigma ecológico” – que marca a contribuição mais original de Nunes para uma nova roupagem das aporias deixas pela reflexões sobre estratégia e tática do século passado.

Uma teoria ecológica da organização política para além de um jogo de soma zero, representaria “uma ordem espontânea que envolve outras ordens deliberadamente constituídas”. Buscando inspiração na noção de “matilha” de Deleuze e Guattari, Nunes formula uma ideia de ecologia que se opõe ao modelo moderno da soberania e privilegia os agenciamentos, a dispersão, a variabilidade, a pluralidade de direções como característica de uma organização descentralizado. “Somente uma ecologia que se pensa como ecologia é capaz de colocar-se adequadamente o problema de sua própria unidade” (2022, p. 244). Os sujeitos coletivos não seriam mais agentes de uma posição específica: partido ou movimento social, mas seria antes de tudo funções, que desempenho o papel de liderança

de forma contingente. Ao invés de atribuir as funções de direção, chefia e liderança a único agente, temos aqui o modelo de um leninismo difuso, espraiado em redes, que inclui indivíduos soltos que podem, falando em termos leninistas, dar a linha política de forma não concentrada. Aqui a retórica de “massa” a ser coordenada por uma figura centralizada se esvai – “non ducor, duco” não tem vez – somos todos conduzidos por um emaranhado de nós em rede sem polo final ou centro unificador.

Ademais, disposta em núcleos organizativos, essa ecologia organizacional procederá de acordo com diferentes fatores: disponibilidade de recursos, aptidões, capacidades de conciliar perspectivas, reconhecimento externo, diversificação funcional e dinâmicas de formação de rede e grupo. Pois, para Nunes, o melhor que as redes podem aspirar não é a horizontalidade absoluta, mas um determinado equilíbrio que impede que o poder se torne muito concentrado, possibilidade que a função de liderança circule. Essa leitura indica, portanto, uma horizontalidade sem horizontalismo que abraça a imperfeição e a contingência de organizações políticas e evita as patologias da crítica, que causam paralisia e bloqueios emancipatórios, que Nunes chama de “fatalismo cínico” ou “pragmatismo preguiçoso”<sup>1</sup>. Isso impele a mudar o sentido de legitimidade que, antes, no modelo moderno de soberania das lutas políticas, focaria na figura primordial de uma vanguarda política, para uma forma despossuída, performática, senão, prefigurativa.

### Da ecologia à jardinagem?

Para um balanço deste instigante livro, recordemos o entusiasmo horizontalista de Progréssio e a reticência verticalista de sua mãe Rita, diante do acontecimento de junho de 2013, descritos de forma caricatural, mas não menos efetiva, na dramaturgia de Schwarz. Ambos representam o capítulo inicial do maior desafio político desde a redemocratização brasileira e de uma série de acontecimentos, golpes, ofensivas e reações que marcaram últimos anos da política nacional. Temos na tensão entre filho e mãe um retrato dinâmico da mudança de uma nova forma de sociabilidade crítica que, como vimos, tem como legado uma renovada leva de coletivos e uma inaudita cepa de movimentos que serviram como aprendizado histórico de uma forma de vida democrática que surgiu nesse período. O livro de Nunes contribui de forma original e instigante para pensar o antes e depois desse impasse que se constitui como desafio organizacional ao redor do globo.

1 Embora Nunes não aprofunde muito essas dimensões, podemos pensá-las à luz da reconstrução da esquerda de Ruy Fausto e a sua identificação de “patologias da esquerda” como constitutiva na crise mais ampliada da esquerda mundial. Cf. Fausto, Ruy (2017). *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras.

A despeito das inovações conceituais e as novas alianças interpretativas que Nunes trava de maneira competente no decorrer da obra, a leitora desta resenha conseguirá extrair muito mais se cotejar o presente livro com os recentes diagnósticos de Nunes (2022) do leninismo em rede de ultradireita, cujo auxílio de toda a sorte de uma prática ecológica de redes e de partidos-plataformas-digitais (Gerbaudo, 2022) foi fundamental para chegarem vitoriosos em eleições. Ocorre que, se a esquerda ficou presa em debates sobre qual tinta usar para mudar o mundo, tomando ou não o poder, a nova direita transnacional superou suas melancolias e aprendeu com os erros do passados de ambos espectros políticos, se valendo de plataformas populista digitais para experimentar novas táticas e estratégias entorno de contrapúblicos subalternos e insurgentes.

Por fim, valeria refletir se ao invés do abandono da gramática do progresso político, fundamental para a tradição da esquerda e das práticas e estratégias socialistas dos séculos passados, seja necessário reabilitar uma esquerda progressista, que hoje parece mais envolta a uma ideia radical de cidadania e de formações contrahegemônicas, que disputam tais ideais de liberdade e igualitarismo social, atualmente sequestrados pelas redes de direita transnacional. Para recuperar uma famosa frase atribuída ao líder sindicalista Chico Mendes: “ecologia sem luta de classes é jardinagem”, podemos afirmar que uma teoria da organização política que, todavia, subtrai uma noção *expandida* de classe ou socialismo dessa esquerda progressista, pode ser perder em meio a neblina de uma tradução cibernética das lutas em chave muito mais naturalista do que dialética. Contudo, mais do que a teoria, somente os rumos dos movimentos de Ritas e Progrésios de um novíssimo tempo do mundo poderão nos dizer.

## Referências

Andrés, Roberto (2023). *A razão dos centavos: crise urbana, vida democrática e as revoltas de 2013*. São Paulo: Zahar.

Fausto, Ruy (2017). *Caminhos da esquerda: elementos para uma reconstrução*. São Paulo: Companhia das Letras.

Graeber, David (2015). *Um projeto de democracia: uma história, uma crise, um movimento*. São Paulo: Editora Paz e Terra.

Gerbaudo, Paolo (2022). *Máscaras e bandeiras: populismo, cidadanismo e protesto global*. São Paulo: Funilaria.

Schwarz, Roberto (2022). *Rainha Lira*. São Paulo: Editora 34.

Nunes, Rodrigo (2022). *Do transe à vertigem: ensaios sobre bolsonarismo e um mundo em transição*. São Paulo: Editora Ubu.

Paraná, Edemilson & Tupinambá, Gabriel (2022). *A arquitetura de arestas: as esquerdas em tempo de periferização do mundo*. São Paulo: Autonomia Literária.

Žižek, Slavoj (2011). *A tinta vermelha: discurso de Žižek no Occupy Wall Street*. Tradução de Rogério Bettoni. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2011/10/11/a-tinta-vermelha-discurso-de-slavoj-zizek-aos-manifestantes-do-movimento-occupy-wall-street/>.

Recebido em 18 de abril de 2024.

Aceito em 10 de outubro de 2024.